



# Informativo

Programa de Comunicação Social Regional dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas

Aracaju (SE), janeiro de 2017 - ANO 11 Nº 1



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

## A comunicação que transforma

Experiências de educomunicação têm potencializado resultados de projetos do PEAC



Oficina com o Conselho Gestor



Marisqueiras apresentam resultado da oficina

Há dois anos o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) - que é condicionante do licenciamento ambiental marítimo para a mitigação de impactos socioeconômicos das atividades de exploração e produção de petróleo e gás - iniciou atividades mais focadas em educomunicação. Este trabalho consiste no desenvolvimento de ações alternativas de comunicação, que se sustentam na educação popular, com o intuito de permitir que grupos comunitários se utilizem de recursos da comunicação para a construção de novas relações sociais e comunicativas, como instrumentos de organização comunitária e de expressão da cidadania.

O desenvolvimento das atividades de educomunicação se deu, inicialmente, por dentro do projeto Observatório Social dos Royalties - OSR, que faz parte do PEAC. A realização de projetos com comunidades abordando especificamente a questão dos royalties também é uma exigência do IBAMA e atualmente há projetos nessa linha em execução em outras bacias, como a do Rio Grande do Norte-Ceará e de Campos. Na Bacia de Sergipe-Alagoas, Pirambu foi escolhido porque é um dos municípios que mais recebe royalties em Sergipe, e também, um dos que mais depende desse recurso. Em 2014, por exemplo, foram mais de 27 milhões de reais recebidos em royalties, o que representou cerca de 61% da receita do município.

O OSR está estruturado em torno de um Grupo de Trabalho com cerca de 15 pessoas escolhidas entre comunidades vulneráveis de todo o município, e a escolha de grupos vulne-

ráveis também é um requisito do IBAMA para projetos de mitigação, com o intuito de inserir no licenciamento ambiental parcelas da população que geralmente não participam dele.

Mas como conseguir constituir um grupo com pessoas que moram longe e não se conhecem e como organizá-las e capacitá-las para fazer uma discussão qualificada sobre royalties e sua aplicação?

A equipe técnica que executa o projeto por meio de um convênio celebrado entre Petrobras, UFS e FAPES, pensou a educomunicação como o eixo central para o seu desenvolvimento. E atualmente as experiências acumuladas no OSR já se multiplicam beneficiando outros projetos que compõem o PEAC.

### "Costurando" realidades para compreender o todo

No OSR, a equipe entendeu que o desenvolvimento do projeto teria como ponto de partida as comunidades se conhecerem mutuamente, perceberem que suas realidades são muito parecidas e criarem uma identidade mínima de grupo. Para "costurar" as realidades de Pirambu, a equipe se inspirou na trajetória do radialista argentino Mário Káplun. Na década de 50, Káplun, juntamente com trabalhadores e organizações de base, criou o método do cassete-fórum, processo de comunicação entre comunidades distantes através do uso de gravadores e fitas-cassete. Funcionava da seguinte forma: uma comunidade indígena, por exemplo, da etnia Yanomami, discutia temas de seu interesse e de seus parentes e, em seguida, gravava

as discussões em um lado da fita. Um grupo de pessoas ficava responsável por levar a fita a outra terra indígena Yanomami, localizada a alguns quilômetros de distância. Na segunda comunidade, os indígenas ouviam a gravação da primeira aldeia e, em reunião, discutiam e gravavam as respostas no lado B da fita. O cassete então voltava à primeira comunidade e, assim, estabelecia-se a comunicação e a troca de informações.

A ideia criada por Káplun é resultado da reflexão contínua sobre os meios de comunicação na América Latina, e traz um olhar crítico sobre a quem servem esses meios, e a serviço de qual projeto de sociedade estão dispostos.

### Vídeo-cartas: A comunidade e a história de seu povo

Inicialmente, a equipe do Observatório Social dos Royalties preparou uma oficina de vídeo-cartas com os moradores das comunidades de Pirambu. As vídeo-cartas consistem numa adaptação do cassete-fórum, onde, por meio da linguagem audiovisual, se estabelece uma comunicação entre comunidades distantes em situações parecidas. A primeira mobilização foi feita na comunidade Alagamar.

Nessa primeira oficina, em Alagamar, os moradores decidiram contar a história de fundação da comunidade e o trabalho de artesanato com palha de ouricuri desenvolvido pelas mulheres. Após definidos os temas que seriam abordados no vídeo, os moradores indicavam os personagens que fariam sobre os dois temas e a equipe de pessoas que



fariam a captação das imagens e da entrevista. Nesse momento a equipe técnica do projeto compartilhava noções básicas de como operar o equipamento de áudio e vídeo.



Durante as oficinas de produção de vídeo em Pirambu

Após as gravações a equipe retornava com o material e fazia a montagem do vídeo. A segunda e a terceira oficina aconteceram nas comunidades de Baixa Grande e Água Boa, respectivamente. Durante as oficinas os materiais produzidos nas comunidades anteriores eram compartilhados com as demais comunidades.

Após a conclusão das três oficinas, foi realizada uma atividade chamada de Cine Comunidade, que consistia na exibição dos três vídeos em praça pública. As exibições eram seguidas de debates sobre as comunidades e o município de Pirambu. Esse foi um dos principais métodos que nortearam o trabalho do OSR nos últimos dois anos. Com o decorrer das atividades ao longo do tempo, o Grupo de Trabalho, juntamente com a equipe técnica, começou a produzir informações sobre o município e sobre os recursos dos royalties. A reflexão sobre a realidade e a produção de conteúdo fez surgir, mais uma vez, a vontade de dizer algo através da comunicação.

### Jornal Zine e rádio-feira

O Jornal Zine foi idealizado a partir da metodologia de ferramenta de comunicação alternativa fanzine. Nele os seus autores divulgam o que querem sem preocupação com lucro, estética ou linha editorial - apenas o conteúdo e a ampliação da mensagem são levados em conta. O Jornal Zine dos comunitários de Pirambu foi produzido com recorte, colagem e depois xerox do material produzido para ser distribuído na feira livre. Ainda na feira livre foi montada também a rádio-feira - uma estrutura simples com caixa de som, microfone, computador, mesa e cadeira. Ali, ao lado das barracas e dos feirantes, a rádio entrava no ar com entrevistas e informações a respeito dos royalties e do município.



Atividade de educomunicação, rádio-feira, realizada na feira do município de Estância



### A expansão das atividades para outros projetos do PEAC

As experiências vivenciadas em educomunicação no âmbito do Observatório Social dos Royalties trouxe para o PEAC a possibilidade de potencializar as ações de outros dois projetos desenvolvidos no Programa: o Projeto do Conselho Gestor e o Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras do Litoral de Sergipe.

Ao longo de 2016, as reuniões ordinárias do Conselho Gestor foram permeadas por discussões sobre formas de comunicação culminando sempre em atividades práticas. Além das oficinas de vídeo feito por celular e Jornal Zine, teve grande destaque a oficina de rádio-feira. Esta atividade aconteceu na feira livre de Estância, em julho de 2016, e na ocasião contou-se com a decisiva participação dos conselheiros, que fizeram entrevistas sobre os temas relativos aos projetos do Programa. Algumas marisqueiras do município também participaram e foi possível constatar, em todos os participantes, um nível elevado de compreensão da própria realidade e de verbalização pública das principais questões tratadas nos projetos de mitigação.

### Oficinas de Teatro e Cadernos Artesanais

No Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras do Litoral de Sergipe as atividades de educomunicação estão ligadas diretamente ao processo de mobilização para a fundação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe, que está em processo de construção. Em setembro de 2016 foi realizada com as marisqueiras uma oficina de produção de cadernos artesanais, com o objetivo de estimular a escrita e os relatos do cotidiano de uma marisqueira. E em novembro foram realizadas duas oficinas com exercícios práticos de teatro para estimular a participação das marisqueiras em uma peça que retratasse o cotidiano do seu trabalho.



Através da sensibilização teatral, as marisqueiras conheceram os diários de Carolina Maria de Jesus

Nessa atividade foi realizada uma reflexão de vida a partir dos corpos dessas mulheres com o uso de músicas e jogos que exercitaram a sensibilidade e a confiança delas. As oficinas possibilitaram perceber os desafios enfrentados por cada uma delas e o desejo de realização de atividades que estimulem a participação de todas as mulheres do movimento das marisqueiras, pois nas oficinas foram partilhados os desafios enfrentados por cada uma dessas mulheres e o desejo de realização de um sonho comum: a fundação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe.



O comunicador social Pedro Alves explica o processo de produção de cadernos artesanais



Marisqueiras aplicam desenho em capa a partir da técnica do estêncil



## PEAC retoma projetos de compensação

Estruturação de Colônias de Pesca, construções de sedes de entidades e de centros comunitários estão entre os projetos iniciados



Wilma - Barra dos Coqueiros



José Francisco - Robalo



Valdomiro - Tibúrcio



Marcelo - Atalaia Velha

No mês de outubro de 2016 foi retomada a execução de projetos de compensação e de projetos estruturantes de colônias de pescadores no âmbito do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Vinte e dois projetos foram iniciados através da assinatura de um convênio da Petrobras com a Sociedade Semear e as entidades que representam as comunidades que os receberão e farão sua gestão. Em 2014, a execução de novos projetos de compensação foi interrompida devido à necessidade de se reavaliar o formato de contratações adotado pela Petrobras. Todos os ajustes necessários já foram feitos, possibilitando a retomada.

Os projetos de compensação iniciados consistem, principalmente, em construções de sedes de entidades e em construções de centros

comunitários, mas contam também com aquisições de veículos e tratores. Todos os projetos de compensação em andamento contemplam um curso de Associativismo e Cooperativismo para construção de um Plano de Uso e Gestão, no intuito de garantir o uso coletivo de todos os bens que serão entregues pela compensação.

Os projetos de compensação em fase de execução estão situados nos municípios de Brejo Grande, em Brejão dos Negros; no município de Pacatuba, nas comunidades de Piranhas, Aracaré, Junça e Tijupares; no município de Pirambu na comunidade Aningas; no município de Barra dos Coqueiros, nas comunidade de Capuã; em Aracaju nas comunidades Atalaia Velha, e no Robalo/São José; no município de Itaporanga, na comunidade Ilha Mem de Sá; no município de Estância, nas comunidades de Massadiço, Tibúrcio e Ou-

ricuri; no município de Santa Luzia do Itanhi, na comunidade de Pedra Furada; e no município de Jandaíra (BA), nas comunidades de Abadia e Cachoeira. Estão também em execução os projetos de estruturação das Colônias de pescadores de Aracaju (Z-1), da Barra dos Coqueiros (Z-13), de Santa Luzia do Itanhi (Z-3), de Indiaroba (Z-11) e de Coqueiro, em Jandaíra – BA (Z-66).

Além dos projetos citados acima, é importante destacar que atualmente encontra-se em contratação a execução de mais três projetos de compensação que serão realizados por meio de convênio com o ITP – Instituto de Tecnologia e Pesquisa. Os projetos estão situados no município de Aracaju, na comunidade do Mosqueiro e no município de Itaporanga, nas comunidades de Nova Descoberta e na sede do município.

### Início de obras e aquisição de veículos

Município	Comunidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Brejo Grande	Brejão dos Negros		x					
Pacatuba	Piranhas		x					
	Aracaré/O./Garatuba		x					
	Junça							x
	Tijupares e Maracujá						x	
Pirambu	Aningas					x		
Barra dos Coqueiros	Colônia Z-13		x					
	Capuã			x				
Aracaju	Atalaia velha						x	
	Colônia Z-1				x			
	Robalo/São José			x				
São Cristovão	Colônia Z-2	x						
Itaporanga D'Ajuda	Ilha Mem de Sá				x			
Estância	Massadiço		x					
	Tibúrcio	x						
	Ouricuri	x						
Santa Luzia do Itanhi	Pedra Furada				x			
	Colônia Z-3				x			
	Colônia Z-11	x						
Indiaroba	Colônia Z-66	x						
Jandaíra/BA	Abadia		x					
	Cachoeira			x				

### Projetos em contratação - Previsão para Janeiro de 2017

Município	Comunidade
Aracaju	Mosqueiro
Itaporanga D'Ajuda	Nova Descoberta
	Sede

### Projetos indicados pelo Conselho Gestor para estudo de viabilidade de compra

Município	Comunidade
Brejo Grande	Colônia Z-16
Pacatuba	Carapitanga
	Boca da Barra
Barra dos Coqueiros	Canal e Touro
Aracaju	Boca do Rio / Farolândia
Estância	Abaís
	Porto do Mato (Mitigação)
	Saco
Indiaroba	Sede
	Terra Caída
Conde/BA	Poças
	Barra do Itariri

O cronograma de estudo é de 3 meses – O início varia de janeiro a março. As entregas concluem em junho.

### Projetos previstos para ter convênio assinado até outubro de 2017

Município	Comunidade
Pacatuba	Fazenda Nova
Estância	Caueira
Pacatuba	Santana dos Frades
Santa Luzia do Itanhi	Rua da Palha
Indiaroba	Sede
Barra dos Coqueiros	Atalaia Nova
São Cristovão	Ilha Grande



# Encontros Regionais apontam novas perspectivas para o Conselho Gestor do PEAC

Mudanças buscam ajustes nos objetivos e formato atual do Conselho a partir de diretrizes do IBAMA



Em dinâmica de cartografia social, conselheiros identificam conflitos socioambientais

Em reunião ocorrida em julho de 2016, os conselheiros, equipe técnica e representantes da Petrobras discutiram os planos de trabalho dos projetos de mitigação do PEAC e possíveis novas configurações do Conselho Gestor do PEAC. Na ocasião, seguindo uma diretriz apontada pelo IBAMA, algumas alterações foram propostas com os objetivos de aumentar a disponibilidade da equipe técnica, de fortalecer a articulação dos conselheiros com suas bases e de apontar novas perspectivas para o futuro.

Uma dessas mudanças referiu-se à frequência das reuniões do Conselho Gestor. Anteriormente, as reuniões aconteciam uma vez por mês e, com a alteração, as reuniões tornaram-se bimensais. Com isso, a equipe técnica e os conselheiros passam a ter maior disponibilidade para desenvolver trabalhos de maneira direta com as comunidades, a exemplo do que já vem acontecendo com a assessoria técnica às associações para uma melhor gestão de projetos de compensação e acesso a políticas públicas.

Outra modificação refere-se ao Encontro do PEAC (EPEAC). Até 2015, o encontro acontecia anualmente e reunia representantes de todas as comunidades da área de abrangência. Em vez de mais um encontro no final de 2016, como sempre aconteceu nos anos anteriores, o novo formato apontou para a construção de três Encontros Regionais em anos alternados ao Encontro Anual, que somente ocorrerá no final de 2017 tendo como objetivo principal a eleição de novos conselheiros do Conselho Gestor.

Apesar de terem duração de apenas um dia, os Encontros Regionais trazem modificações importantes no tocante à participação comunitária.

Durante os meses que antecederam os encontros, de outubro a dezembro de 2016 a equipe técnica em parceria com os conselheiros do programa participaram de Grupos de Trabalhos por região (Centro, Norte e Sul) com o objetivo de preparar de maneira participativa as discussões de formato e pauta para os Encontros Regionais.

Foram nove reuniões (três por região) que debateram os conflitos socioambientais vividos pelas comunidades na área de abrangência do Programa e que decorrem de diversas atividades econômicas desenvolvidas no Estado. As reflexões formuladas pelos conselheiros contribuíram para a identificação dessas atividades



Conselheiro Ênio Pereira construindo mapa mental da região norte

e para uma melhor compreensão dos seus impactos e dos atores e mediadores envolvidos, além de apontarem para a necessidade de diálogo entre as lideranças comunitárias visando a uma melhor articulação para uma atuação em defesa dos interesses dos pescadores e de outras comunidades tradicionais.

Durante as reuniões dos Grupos de Trabalhos foram notórias as semelhanças entre os conflitos socioambientais identificados pelas comunidades, sobretudo quando se referem aos problemas e seus causadores. Especulação e expansão imobiliária, carcinicultura, destruição e poluição dos mangues e marés, cercas nas águas e negação de direitos são alguns dos problemas encontrados em quase todas as comunidades.

Os Encontros Regionais vão reunir os conselheiros titulares e suplentes de cada região com os comunitários eleitos delegados em 2015 para o EPEAC e algumas outras lideranças comunitárias que participam inclusive de outros projetos do Programa, como o Observatório Social dos Royalties e o Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe.

Os Encontros Regionais estão com data marcada para 21 e 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017, respectivamente nas Regiões Sul, Norte e Centro.



Conselheiros da região sul identificando conflitos socioambientais



Conselheiro João dos Santos (Seu Bão) desenha mapa mental da região centro

As novas diretrizes apontam para a necessidade de reflexões acerca dos objetivos e do formato atual do Conselho Gestor. Isto porque, ao longo dos anos, o trabalho do Conselho esteve ligado de maneira muito acentuada ao acompanhamento dos projetos de compensação. No entanto, com a perspectiva de conclusão desses projetos, torna-se urgente discutir as finalidades e possibilidades do Conselho, visto que, é um espaço importante de articulação, formação e mobilização de lideranças comunitárias.



# O PMPDP e a caracterização da pesca artesanal em Sergipe e no norte da Bahia

Após sete anos de execução, o projeto possibilitou uma compreensão abrangente sobre essa importante atividade

Desde 2010, a rotina de alguns portos de desembarque pesqueiro foi alterada com a presença de monitores, que passaram a coletar, praticamente todos os dias, dados sobre o que tinha sido pescado, onde e como.

Esta ação fez parte do Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro – PMPDP, exigido pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental marítimo com o objetivo, entre outros, de avaliar a interferência da atividade de petróleo e gás sobre a atividade pesqueira.



Monitor do PMPDP acompanha desembarque pesqueiro



Oficina devolutiva do PMPDP



Os resultados do PMPDP sempre foram discutidos em oficinas anuais com os pescadores

Após sete anos de realização, através de um convênio com a Universidade Federal de Sergipe e a FAPSE, quatro boletins com dados estatísticos sobre a pesca foram produzidos. Este trabalho ficou a cargo do Departamento de Engenharia de Pesca da UFS, cuja equipe, composta por professores, pesquisadores e técnicos, coordenou um grupo de 26 monitores, selecionados nas comunidades onde se situam os 26 portos de desembarque. O projeto cobriu um total de 12 municípios, incluindo os 10 municípios costeiros de Sergipe, além de Jandaíra e Conde, na Bahia.

A metodologia utilizada possibilitou que fosse estimada a produção de outros 63 portos, para os quais eram levantadas informações sobre o

movimento de embarcações de pesca. Com base no que tipicamente era desembarcado por tipo de embarcação, como lanchas e canoas, nos 26 portos monitorados, era possível estimar a produção dos mesmos tipos de embarcação nos outros 63 portos. Esta é uma metodologia bem aceita pelo IBAMA que, durante muito tempo, através do CEPENE (Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste), foi oficialmente responsável pela coleta de informações sobre a pesca.

As informações obtidas sempre foram regularmente apresentadas ao IBAMA e também discutidas com os próprios pescadores em oficinas devolutivas realizadas anualmente em

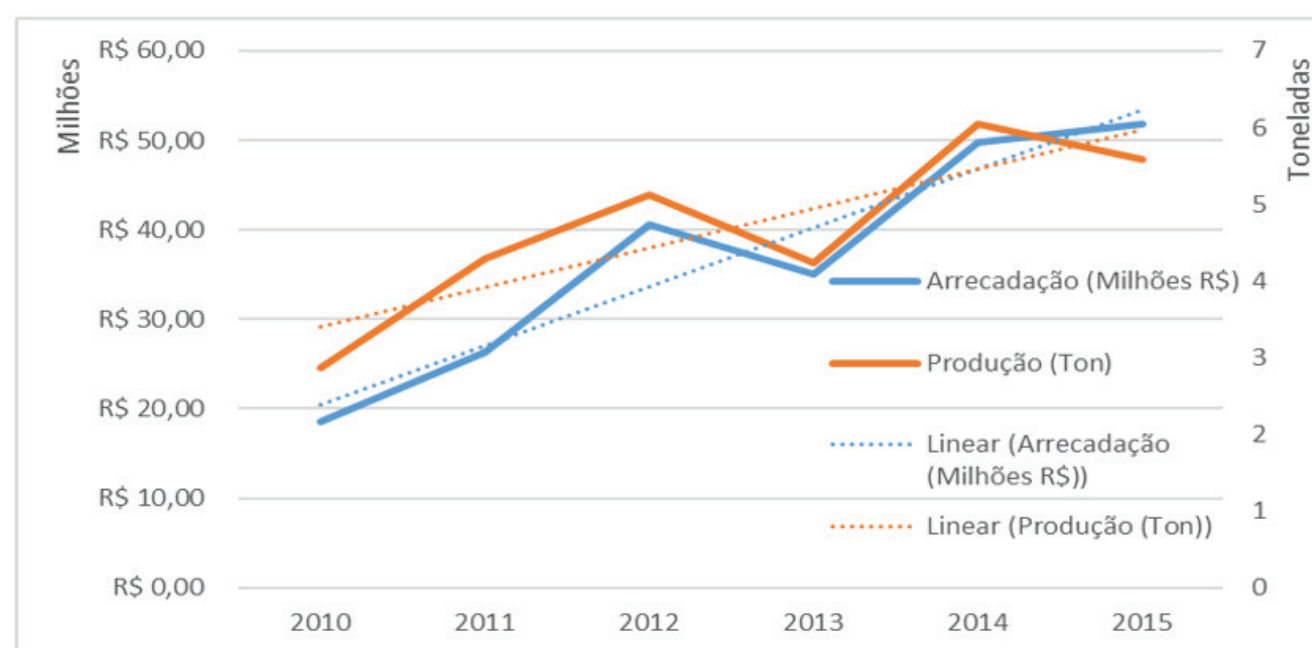
comunidades dos portos monitorados. Desta forma, melhorias foram introduzidas no projeto, obtendo-se uma qualidade crescente das informações que levou ao atual estágio de compreensão sobre as características da pesca artesanal regional, que é bem melhor e mais completo do que o que existia antes da realização do PMPDP.

Uma importante contribuição para esta melhor compreensão foi o estudo sobre a espacialização da pesca, trabalho que teve a decisiva participação de pescadores e o objetivo de identificar as áreas onde as pescarias efetivamente ocorrem. Assim, foi possível entender melhor de que forma as atividades de exploração e produção de petróleo e gás interferem sobre a pesca.



Coleta de dados em um dos portos controlados

A pesca artesanal está sujeita a interferências diversas, muitas delas relacionadas com os próprios ciclos da natureza. No inverno, por exemplo, os pescadores saem pouco para o mar por razões de segurança. Outro exemplo: como tem muitos rios que desembocam na costa de Sergipe, se diminui a vazão desses rios, ocorre a diminuição da disponibilidade de nutrientes carregados pelas águas doces e isto pode impactar negativamente a pesca do camarão. Mesmo havendo um conjunto de fatores que interferem, observa-se que tem ocorrido uma tendência de aumento da produção pesqueira ao longo do período avaliado pelo PMPDP. Na visão da equipe



Total da produção (ton) e arrecadação total com base no preço médio estimado (R\$) de primeira venda da produção de pescado na área de estudo do PMPDP

técnica responsável pelo projeto, esta é uma boa medida para indicar que não foram identificados impactos negativos na socioeconomia da pesca.

Os estudos demonstraram também que a pesca artesanal é fortemente dependente de outras variáveis ambientais, como profundidade, tipo de substrato no fundo do mar (lama, areia, etc.) e distância da costa. Assim, por exemplo, as maiores frequências de pescaria usando barcos de arrasto duplo ocorrem onde predomina fundo lamoso, que é onde se encontram os camarões. A maior presença de barcos linheiros está concentrada na região do talude continental, onde é mais abundante a presença de peixes

de interesse comercial. Canoas de mar aberto que utilizam linhas com anzóis apresentam um comportamento menos definido, mantendo-se próximo à costa em função de sua baixa autonomia ou afastando-se em direção ao talude, onde a pesca com linha é favorecida. Já as canoas de mar aberto que utilizam rede de emalhar mantêm-se próximo à costa em razão de sua baixa autonomia.

Algumas informações sobre a estatística pesqueira podem ser encontradas na Internet no site <http://www.atlasmacromacrosargipe.com>, que foi disponibilizado por iniciativa do Prof. José Milton Barbosa, da UFS.



# Programa de Comunicação Social Regional conclui ciclo de reuniões anuais de 2016

Na ocasião foram atualizadas informações sobre os empreendimentos em atividade na Bacia de Sergipe-Alagoas



Grupo de teatro movimentou as reuniões do PCSR



Reunião do PCSR em Sete Brejos, Indiaroba



Lideranças e comunitários manifestam-se nas reuniões

Entre os meses de novembro e dezembro de 2016 foi realizado mais um ciclo de reuniões informativas do Programa de Comunicação Social Regional, que chegou a seu décimo ano de execução. As reuniões cobrem comunidades costeiras que vão do norte da Bahia e passam por toda a costa de Sergipe. Os eventos aconteceram em Indiaroba, no dia 26/11, em São Cristóvão, no dia 27/11 e em Pacatuba, no dia 4/12. Em atendimento a uma recomendação do Ibama, não houve reunião para as 15 comunidades costeiras de Alagoas também atendidas pelo programa.

O principal objetivo das reuniões é informar, com linguagem acessível, as principais medidas de mitigação e compensação exigidas pelo licenciamento, além de temas como pagamento e distribuição de royalties. Para explorar esses temas, os eventos contam, há alguns anos, com a apresentação de um grupo teatral.

Outra importante pauta é a atualização sobre os empreendimentos marítimos vigentes na Bacia de Sergipe-Alagoas, que hoje correspondem à produção em águas rasas, próxima a Aracaju; à produção no poço de Paru, em único poço localizado em Coruripe, sul de Alagoas, e à plataforma de produção de Piranema, ao sul de Sergipe. Esse conjunto de empreendimentos segue em operação, porém com produção bastante reduzida, que tem impactado os valores pagos de royalties, reduzidos também por causa da queda da cotação do dólar. Não há previsão de novos empreendimentos na Bacia em 2017. Foram abordados ainda os projetos de desinvestimento previstos pela Petrobras

para a região.

As reuniões contaram com a presença de pescadores e marisqueiras, lideranças comunitárias, conselheiros e ex-conselheiros do PEAC, além de representantes de órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

## Participação da comunidade

O conselheiro do PEAC pelo município de Estância, Djalma José de Jesus, participou da reunião realizada para as regiões Sergipe Sul e Bahia Norte, que aconteceu no Centro Comunitário Regional Sul, em Indiaroba. "Eu, como conselheiro, já tenho algumas informações, mas eu vim para ampliar meus conhecimentos. As pessoas que estão aqui, com certeza, fazem o discernimento das informações e fazem o papel de formiguinha e levam essas informações, a seu modo, para as outras pessoas", afirmou.

"Eu tenho participado desde a sua concepção e tem sido um balizador para as comunidades ribeirinhas e costeiras que vêm construindo suas demandas de compensação e de mitigação", avaliou o vereador Ginaldo Lessa, do município de Indiaroba. "Eu tenho certeza de que eventos como este contribuem muito para o esclarecimento de uma série de questionamentos, de dúvidas, e que vem desencadear na articulação política juntamente com os gestores locais, lideranças comunitárias, colônias de pescadores, associações comunitárias. Acho que tem surtido esse efeito, tanto de avaliação, quanto de acompanhamento naquilo que for necessário", avaliou.

Sobre a participação de lideranças públicas,

o vereador também apontou benefícios. "Os líderes devem estar sensíveis a ações populares como esta, que garantem a participação e fortalecem principalmente as bases que são as organizações sociais", concluiu. O prefeito eleito de Indiaroba, Adinaldo do Nascimento, também compareceu à reunião.

## Informação compartilhada

Outro importante órgão público relacionado aos empreendimentos marítimos, a Marinha esteve representada na reunião realizada em São Cristóvão, e que atendeu à Região Centro do programa. "O que mais me chamou a atenção foi a questão de informar as pessoas, os principais interessados, de onde procurar resposta para as demandas de sua comunidade. Essa informação foi colocada de uma forma muito prática, especialmente com o teatro", pontuou o suboficial Paulo Sérgio Cunha. "Nós trabalhamos para o povo brasileiro. Essas pessoas aqui são representantes do povo brasileiro em Sergipe. A Marinha está aqui para saber as demandas de impacto ambiental, social e precisa viabilizar, junto com os outros órgãos, respostas para pessoas", afirmou Cunha.

O presidente da Associação do Povoado Pedreiras (São Cristóvão), José Fernandes, também dedicou uma manhã do domingo para estar na reunião. "Sempre participei e sempre levo um bom conhecimento para nossa comunidade. Acho muito bom participar porque você fica com uma clareza das coisas para debater quando tiver algum tipo de conflito. Agora vou fazer uma reunião com a comunidade e levar esse conhecimento", afirmou o líder comunitário.



## TELEFONES ÚTEIS

**Telefones 0800 da Petrobras**  
(Ligação gratuita)

Se estiver em Sergipe ou Bahia  
**0800 079 3434**

Se estiver em Alagoas  
**0800 082 3434**

**Escritórios da Petrobras**  
em Aracaju

**(79) 3212 2228**

ou

**(79) 3212 2255**

Email: [launseal@petrobras.com.br](mailto:launseal@petrobras.com.br)

**Linha verde IBAMA**  
(Ligação gratuita)

Central de atendimento  
**0800 61 8080**

Informativo dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Márcio Sobral Porto - Gerente Geral Interino da Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas (UO-SEAL) da Petrobras; Roberto Theobald - Gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da UO-SEAL; Sílvio dos Santos Júnior - Coordenador de Meio Ambiente da UO-SEAL; Ana Cláudia Gonçalves do Nascimento - Gerente Setorial de Atendimento e Integração Regional de Comunicação e Marcas; Ricardo Leal Costa Santos - Responsável pela publicação - Conrerp nº 309 (7ª Região); Lucas Brito Miranda e Bruno Sousa (designers) - Editoração eletrônica; Pedro Alves, Marcela Prado Mendonça - Jornalistas colaboradores (UFS/Fapese); Luís Sávio Sousa - Colaborador (Consultor da Petrobras); Fotografias - Acervo Petrobras, Pedro Alves, Alcione Martins, Bruno Sousa, Marcela Prado Mendonça; Endereço: Rua Acre, 2504, Bloco F, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010, Fone (79) 3212-2065, Email: [launseal@petrobras.com.br](mailto:launseal@petrobras.com.br); Tiragem: 5.000 exemplares.